



# Estado do Rio Grande do Sul CÂMARA MUNICIPAL DO RIO GRANDE

## ERRATA CONTRATO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 008/2020 PROCESSO 3566/2020

ERRATA ao Instrumento particular de contrato que entre si fazem, de um lado, a CÂMARA MUNICIPAL DE RIO GRANDE, Estado do Rio Grande do Sul pessoa jurídica de direito público interno, com sede e foro nesta cidade de Rio Grande/RS, na Rua General Vitorino, nº 441, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 89.584.981/0001-75 neste ato representada por seu Presidente o Senhor Ivair Domingos Pereira Souza, residente e domiciliado nesta cidade, doravante denominado CONTRATANTE, e, de outro, a empresa CLARO S/A, com sede e foro na cidade de São Paulo – SP, na Rua Henrique Dunant 780 Torre A e Torre B – Santo Amaro – SP, CEP 04709-110, inscrita no CNPJ/MF sob nº 40.432.544/0001-47, com Inscrição Estadual nº 571.860/18-7, neste ato representada pelo seu representante legal, Eduardo Biedermann, portador da Carteira de Identidade RG nº 7003051716, inscrito no CPF sob o nº 284.250.140-34, doravante denominada CONTRATADA, nos termos do EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO N.º 008/2020, homologado em 15 de novembro de 2020, atendendo às disposições da Lei Federal n.º 10.520/2002, Lei Complementar 123/2006 bem como da Resolução Municipal n.º 06/2010 e, subsidiariamente, da Lei Federal n.º 8.666/93 e suas respectivas alterações, somente para corrigir o CNPJ da contratada que restou transcrito equivocado no instrumento contratual e resta corrigido neste instrumento para constar corretamente como acima.

Rio Grande/RS, 14 de dezembro de 2020.

  
Vereador Ivair Pereira Souza - VAVÁ

Presidente da Câmara Municipal do Rio Grande

Eduardo Biedermann

CLARO S/A





# Estado do Rio Grande do Sul CÂMARA MUNICIPAL DO RIO GRANDE

## CONTRATO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 008/2020 PROCESSO 3566/2020

Instrumento particular de contrato que entre si fazem, de um lado, a CÂMARA MUNICIPAL DE RIO GRANDE, Estado do Rio Grande do Sul pessoa jurídica de direito público interno, com sede e foro nesta cidade de Rio Grande/RS, na Rua General Vitorino, nº 441, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 89.584.981/0001-75 neste ato representada por seu Presidente o Senhor Ivair Domingos Pereira Souza, residente e domiciliado nesta cidade, doravante denominado CONTRATANTE, e, de outro, a empresa CLARO S/A, com sede e foro na cidade de São Paulo – SP, na Rua Henrique Dunant 780 Torre A e Torre B – Santo Amaro – SP, CEP 04709-110, inscrita no CNPJ/MF sob nº 40.432.5444/0001-47, com Inscrição Estadual nº 571.860/18-7, neste ato representada pelo seu representante legal, Eduardo Biedermann, portador da Carteira de Identidade RG nº 7003051716, inscrito no CPF sob o nº 284.250.140-34, doravante denominada CONTRATADA, nos termos do EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO N.º 008/2020, homologado em 15 de novembro de 2020, atendendo às disposições da Lei Federal n. 10.520/2002, Lei Complementar 123/2006 bem como da Resolução Municipal n.º 06/2010 e, subsidiariamente, da Lei Federal n. 8.666/93 e suas respectivas alterações, tendo em vista o resultado da licitação procedida, mediante as cláusulas e condições a seguir disciplinadas: CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO, Contratação de empresa para Prestação de Serviços de TELEFONIA MÓVEL PESSOAL (SMP), que possua outorga da Agência Nacional de Telecomunicações (ANATEL). em conformidade com as especificações estabelecidas no anexo abaixo:

### CLÁUSULA PRIMEIRA

Item	Descrição	Quantidade de linhas	Valor unitário	Valor mensal	Valor Total 12 meses
1	Contratação de empresa especializada para: Fornecimento mensal de Serviços de Telefonia Móvel Pessoal (SMP), com ligações ilimitadas de voz em ligações AD1, AD2, DSL1, DSL2, VC1, VC2 e VC3 para móvel da mesma operadora e de operadoras diferentes, fixos para qualquer operadora com utilização do Código de Seleção de Prestadora (CSP) e SMS para móvel de qualquer operadora, com aparelhos em regime de comodato e portabilidade gratuita. -	32	R\$ 96,35	R\$ 3.083,20	R\$ 36.998,40





## Estado do Rio Grande do Sul CÂMARA MUNICIPAL DO RIO GRANDE

<p>Pacote de dados com franquia mensal mínima de 20GB de internet para smartphones sendo permitida a redução de velocidade caso consumida toda franquia, mas vedada a cobrança de valores excedentes. Sendo a portabilidade sem custo e aparelhos em comodato. - Aparelhos em comodato igual ou superior as seguintes especificações: Sistema Operacional: Android Processador: 1.8GHz/Display / Tela Tamanho: 6.4" (162.0mm); Resolução: 720 x 1560 (HD+); Profundidade de Cor: 16M. Memória RAM: 4GB/Interna 64GB, Tecnologia Super AMOLED; Rede/Bandas: Dual-SIM/ tipo de chip NanoSIM (4FF), tipo de slot SIM: SIM 1 + SIM 2 + MicroSD/ Conexão 4G ou superior, Localização GPS, conector de fone de ouvido 3.5mm estéreo padrão P2, USB 2.0, Wi-Fi 2.4G+ 5GHz, Bluetooth, capacidade da bateria de 4000mAh; Embalagem contendo: Aparelho celular, carregador, cabo USB, fone de ouvido, extrator de chip e manual do usuário. Garantia de 01 ano.</p>			
--	--	--	--

Valor total por extenso: R\$ 3.083,20 (três mil e oitenta e três reais e vinte centavos) mensais e R\$ 36.998,40 (trinta e seis mil, novecentos e noventa e oito reais e quarenta centavos) anuais.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO LOCAL E PRAZO DE ENTREGA Os serviço(s) contratados e a entrega dos aparelhos celulares deverão ser entregues na Sede da Câmara Municipal de Rio Grande, sito a Rua General Vitorino, nº 441 por profissionais e por meios habilitados, no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos para ambos os itens, após emissão de autorização que será enviada através do e-mail [licitacoes@camarariogrande.rs.gov.br](mailto:licitacoes@camarariogrande.rs.gov.br). Devendo correr por conta da CONTRATADA as despesas relativas a seguros, transporte, tributos ou outros encargos decorrentes da execução do objeto.





## Estado do Rio Grande do Sul CÂMARA MUNICIPAL DO RIO GRANDE

**CLÁUSULA TERCEIRA – DA VIGÊNCIA** O prazo de vigência do presente contrato será de 12 (doze) meses, a contar da assinatura do mesmo, prorrogável a critério da Administração do Contratante, de acordo com o art. 57, II, da Lei nº 8.666/93. Onde deverão ser prestados 24 (vinte e quatro horas) por dia, 07 (sete) dias por semana durante todo o período de vigência do contrato, exceto nos casos de interrupções programadas e informadas ao contratante.

### CLÁUSULA QUARTA – DOS PREÇOS E DA FORMA DE PAGAMENTO

4.1 Os pagamentos dos serviços executados serão efetuados MENSALMENTE pela CONTRATANTE, até a data de vencimento das notas fiscais/fatura, devidamente atestada pelo fiscal de contrato.

4.2 As Notas Fiscais que apresentarem incorreções serão devolvidas à CONTRATADA e o prazo para o pagamento passará a correr a partir da data da reapresentação do documento, considerado válido pelo CONTRATANTE.

4.3 O pagamento fica condicionado à regularidade da CONTRATADA perante a CONTRATANTE, garantindo a manutenção dos requisitos de habilitação previstos no Edital.

4.4 Nenhum pagamento será efetuado a contratada enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação que lhe for imposta em virtude de penalidades ou inadimplemento, sem que isso gere direito ao pleito de atualização financeira. As notas fiscais e/ou faturas deverão ser apresentadas em moeda corrente nacional.

4.5 A CÂMARA MUNICIPAL DO RIO GRANDE/RS em hipótese alguma efetuará pagamento de reajuste, correção monetária ou encargos financeiros correspondentes a atraso na apresentação das faturas corretas.

4.6 Caso se constate irregularidade nas faturas apresentadas, a Câmara Municipal, a seu exclusivo critério, poderá devolvê-las à proponente, para as devidas correções. Na hipótese de devolução, as faturas serão consideradas como não apresentadas para fins de atendimento às condições contratuais.

4.7 – O valor global do presente contrato é de R\$ 36.998,40 (trinta e seis mil, novecentos e noventa e oito reais e quarenta centavos) anuais e R\$ 3.083,20 (três mil e oitenta e três reais e vinte centavos) mensais.





## Estado do Rio Grande do Sul CÂMARA MUNICIPAL DO RIO GRANDE

CLÁUSULA QUINTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA As despesas oriundas do presente contrato correrão a conta da dotação orçamentária - 3.3.90.39.00.00 – Serviços de Telecomunicações.

### CLÁUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES

#### 6.1 OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- a) Prestar os serviços que compõem o objeto deste termo, nas condições e especificações estabelecidas pelos Anexos e Edital;
- b) A CONTRATADA deverá prestar os serviços de forma adequada, segundo critérios, indicadores, índices e parâmetros fixados pela ANATEL;
- c) A CONTRATADA deve garantir sigilo e inviolabilidade das conversações realizadas por meio dos serviços objeto desta contratação; respeitando as hipóteses e condições constitucionais e legais de quebra de sigilo de telecomunicações. A quebra da confidencialidade ou sigilo de informações obtidas na prestação de serviços da CONTRATADA ensejará a responsabilidade criminal, na forma da lei, sem prejuízo de outras providências nas demais esferas;
- d) A CONTRATADA deverá garantir
  - d.1. “Telefonia Móvel com franquia ilimitada de voz em ligações AD1, AD2, DSL1, DSL2, VC1, VC2 e VC3 para móvel da mesma operadora e de operadoras diferentes, fixos para qualquer operadora com utilização do Código de Seleção de Prestadora (CSP) e SMS para móvel de qualquer operadora, com aparelhos em regime de comodato e portabilidade gratuita”.
  - d.2. “Pacote de dados com franquia mensal mínima de 20GB de internet para smartphones sendo permitida a redução de velocidade caso consumida toda franquia, mas vedada a cobrança de valores excedentes. Sendo a portabilidade sem custo e aparelhos em comodato”;
  - d.3. “Telefonia Fixa com ligações ilimitadas de Fixo x Fixo, com portabilidade gratuita.
- e) Fornecimento de linhas telefônicas sem a cobrança de taxa de habilitação e registradas dentro do município de Rio Grande/RS;





## Estado do Rio Grande do Sul CÂMARA MUNICIPAL DO RIO GRANDE

- f) Garantir que as estações móveis funcionem em roaming nacional em todas as áreas do Plano Geral de Autorizações do Serviço Móvel Pessoal (PGA-SMP), conforme regulamentado pela ANATEL, com rede própria ou mediante subcontratação de uma operadora Serviço Telefônico Fixo Comutado (STFC) na modalidade Longa Distância Nacional (LDN);
- g) Permitir ao usuário do SMP que a Estação Móvel por ele utilizada receba e origine, automaticamente e em qualquer ponto da Área de Serviço, chamadas telefônicas para qualquer outro usuário de qualquer operadora. O usuário de Estação Móvel originará e receberá chamadas Interurbanas sem qualquer tipo de discriminação ou restrição;
- h) A CONTRATADA deve assegurar o acesso gratuito, aos usuários da CONTRATANTE, aos serviços que são de acesso gratuito no Serviço Telefônico Público;
- i) Assumir a responsabilidade pelos encargos fiscais resultantes dos serviços a serem licitados;
- j) Assumir totalmente os custos de entrega dos serviços no local especificado;
- k) Cumprir todas as normas técnicas aplicáveis para a boa execução dos serviços;
- l) Providenciar a imediata correção das deficiências apontadas pelo CONTRATANTE quanto à execução dos serviços;
- m) Responsabilizar-se por todas as despesas envolvidas na prestação de serviços;
- n) Iniciar os serviços no prazo fixado pela Contratante, em exato cumprimento às especificações, com entrega no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos;
- o) Manter os dados cadastrais atualizados junto ao CONTRATANTE, bem como manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação exigidas na licitação;
- p) Responsabilizar-se, civil e criminalmente, por quaisquer danos ou prejuízos causados por ação ou omissão de seus empregados, contratados ou prepostos envolvidos na execução do contrato;
- q) Exercer a fiscalização necessária ao perfeito cumprimento do contrato, independentemente da fiscalização exercida pelo CONTRATANTE;
- r) A CONTRATADA não poderá justificar o descumprimento de qualquer obrigação por inadequação de seu planejamento ou por falta de recursos;





## Estado do Rio Grande do Sul CÂMARA MUNICIPAL DO RIO GRANDE

s) Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as normas estatuídas pela legislação trabalhista, social e previdenciária, tanto no que se refere a seus empregados, como a contratados e prepostos, responsabilizando-se, mais, por toda e qualquer autuação e condenação oriunda da eventual inobservância das citadas normas, aí incluídos acidentes de trabalho, ainda que ocorridos nas dependências do CONTRATANTE. Caso esta seja chamada a juízo e condenada pela eventual inobservância das normas em referência, a CONTRATADA obriga-se a ressarcir-la do respectivo desembolso, ressarcimento este que abrangerá despesas processuais e honorários de advogado, arbitrados na referida condenação.

t) Garantir sigilo e inviolabilidade das conversações realizadas por meio do serviço desta contratação, respeitando as hipóteses e condições constitucionais e legais de quebra de sigilo de telecomunicações. A quebra da confidencialidade ou sigilo de informações obtidas na prestação de serviços da CONTRATADA ensejará a responsabilidade criminal, na forma da lei, sem prejuízo de outras providências nas demais esferas.

u) Fornecimento das linha telefônica e portabilidade sem a cobrança de taxa de habilitação;

### 6.2 OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

a) Assegurar-se de que os preços apresentados, são os mesmos contratados e ofertados pela CONTRATADA,

b) Vetar o recebimento de qualquer material/serviço que considerar incompatível com as especificações apresentadas na proposta da Contratada,

c) Atestar as notas fiscais após o efetivo fornecimento dos serviços, objeto desta licitação;

d) Fiscalizar o cumprimento das obrigações contratuais pela CONTRATADA,

e) Efetuar o(s) pagamento(s) à Contratada, conforme estabelecido no respectivo Contrato;

f) Aplicar à Contratada as sanções administrativas regulamentares e contratuais, quando necessário;

g) Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela Contratada.

h) Cumprir e fazer cumprir todos os prazos e condições estabelecidas neste Termo.





## Estado do Rio Grande do Sul CÂMARA MUNICIPAL DO RIO GRANDE

### CLÁUSULA SÉTIMA – DA RESCISÃO CONTRATUAL

7.1 – Constituem motivos para a rescisão contratual:

- a) o não cumprimento ou o cumprimento irregular de cláusulas contratuais;
- b) a paralisação do fornecimento dos serviços, sem justa causa e sem prévia comunicação à CONTRATANTE;
- c) a decretação de falência ou a instauração de insolvência civil;
- d) a dissolução da sociedade;
- e) a alteração ou modificação da finalidade ou de estrutura da empresa que, a juízo da CONTRATANTE, prejudique a execução do Contrato.

7.2 – O contrato poderá ser rescindido, ainda, por conveniência administrativa, técnica ou financeira, a critério da CONTRATANTE, devidamente justificada.

7.3 – O Contrato poderá ser rescindido, independentemente de interpelação judicial ou extrajudicial e das demais sanções aplicáveis, segundo as quais não assistirá à CONTRATADA nenhum direito a indenização, quando o motivo da rescisão se enquadrar nos itens 7.1, “a”, e 7.2 acima relacionados.

7.4 – Por acordo entre as partes, o contrato poderá ser rescindido, desde que, reduzida a termo no processo da licitação e haja conveniência para a Administração, sempre precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente.

### CLÁUSULA OITAVA – DAS PENALIDADES

8.1 – Pela inexecução total ou parcial das obrigações assumidas, garantida a defesa prévia, a Administração poderá aplicar à contratada, além das sanções previstas nos artigos 86 a 88 da Lei n. 8.666/1993, na Lei Complementar n. 123/2006, na Lei n. 10.520/2002 e na Resolução Municipal n. 06/2010, as seguintes sanções:

- a) advertência, por escrito;
- b) multa administrativa no percentual de 2% (dois por cento), por dia de atraso na entrega, sobre o valor dos bens/serviços, a contar do primeiro dia útil da data fixada para a entrega do objeto, limitada a 10 % (dez por cento) do valor global dos itens adjudicados;





## Estado do Rio Grande do Sul **CÂMARA MUNICIPAL DO RIO GRANDE**

c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, pelo prazo de 2 (dois) anos;

d) ressarcimento da quantia correspondente à diferença entre o valor da adjudicação recusada e o valor da contratação;

e) declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação, na forma da lei, perante a própria autoridade que aplicou a penalidade; 2 – Por infração de qualquer outra cláusula contratual não prevista nos subitens anteriores, será aplicada multa de 2% (dois por cento) sobre o valor total do fornecimento, inclusive rescisão contratual, se for o caso.

8.2 – Quaisquer multas aplicadas deverão ser recolhidas aos cofres públicos da Municipalidade, em até 05 (cinco) dias úteis, contados de sua publicação no Órgão Oficial do Município de Rio Grande.

### CLÁUSULA NONA – DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES

A CONTRATADA fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões de até o limite de 25% do valor inicial do Contrato, este contrato não sofrerá reajuste.

### CLÁUSULA DÉCIMA - DOS CASOS OMISSOS

Os casos omissos serão resolvidos pelo Contratante, à luz da legislação, da jurisprudência e da doutrina aplicável à espécie.

### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA RESPONSABILIDADE FISCAL

A responsabilidade fiscal pelo acompanhamento da validade das certidões do Município, FGTS, CND e CNDT, bem como pela fiscalização da execução do objeto contratado, ficará a cargo do Fiscal a ser designado pela Presidência da Câmara.





## Estado do Rio Grande do Sul CÂMARA MUNICIPAL DO RIO GRANDE

### CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO FORO

Fica eleito o foro da Comarca de Rio Grande/RS como o único capaz de dirimir as questões decorrentes do presente Contrato, caso não sejam resolvidas administrativamente. E, por estarem de acordo com o ajustado, as partes assinam o presente instrumento, após lido e achado conforme, perante as testemunhas que também o assinam, em duas vias, de igual teor, para um só efeito jurídico.

Rio Grande/RS, 23 de novembro de 2020.

CÂMARA MUNICIPAL DE RIO GRANDE

IVAIR DOMINGOS PEREIRA SOUZA

CLARO S/A

EDUARDO BIEDERMANN

